

# PT articula Bloco de oposição

Édson Gês 1º-07-91

O PT está articulando com PSDB, PDT e PMDB a formação de um bloco de oposição no Congresso, "para enfrentar o rolo compressor do Centrão, que agora é governo", anunciou ontem o deputado José Genoíno (SP), líder do partido. Ele deixa amanhã a liderança petista na Câmara, passando a dedicar-se exclusivamente a costurar alianças com os partidos de "centro-esquerda", enquanto seu substituto, provavelmente o deputado Eduardo Jorge (SP), deve ocupar-se da organização da bancada.

Depois de uma reunião da bancada do PT, ontem, Genoíno informou que o seu partido quer com o PSDB e PDT uma aliança permanente, enquanto que com o PMDB eles pretendem fazer uma pauta de interesses comuns, para enfrentar o Governo nas principais votações do ano. O PT também vai defender a antecipação do plebiscito sobre sistema de governo de 7 de setembro para 21 de abril de 1993.



**Genoíno quer fazer alianças**

"A diferença entre os dois blocos (do Governo e da oposição) será muito pequena, mas como a direita falta mais às votações, acho que vai dar para enfrentar", calcula Genoíno. Ele quer fazer dos acordos no Congresso o ponto de partida para alianças ainda no primeiro

turno das eleições municipais, em outubro. "Vamos compor forças aqui para facilitar alianças lá fora", disse. A intenção é disputar as prefeituras em aliança com os partidos de esquerda e setores do PMDB ainda no primeiro turno. "A reforma ministerial está nitidamente voltada para a disputa das prefeituras", avalia o deputado.

No Congresso, segundo Genoíno, o bloco de oposição teria que procurar atrair para o Legislativo as iniciativas políticas este ano. "O Congresso ficou na defensiva no ano passado. A maior falha foi não termos apresentado uma pauta independente do Executivo", critica ele. Os principais assuntos para 92, destacados pelo líder, são a política salarial, a reforma da Previdência Social, e as votações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, da Lei Orgânica, dos partidos e dos projetos de lei sobre licitações públicas. "O Decreto 2.300 é muito fraco, é preciso nova lei para combater a corrupção", afirmou Genoíno.